



Indicadores sobre a pobreza

Portugal e União Europeia



2009

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto
Telefone: 225 420 800 Fax: 225 403 250
E-mail: geral@reapn.org Site: www.reapn.org

Actualização em Outubro de 2009

1- ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NA EUROPA

A pobreza e a exclusão social constituem um dos maiores desafios do nosso século, na medida em que colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos. Os objectivos de desenvolvimento do Milénio, definidos pela ONU em 2000 reflectem este enorme desafio e definem como meta a redução da pobreza extrema, para metade até 2015. A União Europeia, a partir da Cimeira de Lisboa (2000), assumiu também estas problemáticas como centrais no processo de construção europeia, posicionando o objectivo da coesão social ao mesmo nível do crescimento económico e do emprego.

Os dados estatísticos existentes sobre a pobreza e a exclusão social não revelam, por si só, todas as dimensões destes flagelos, mas aproximam-nos da realidade e permitem-nos ir avaliando o caminho que estamos a percorrer, pelo que se torna útil compilar alguns indicadores sobre estes fenómenos.

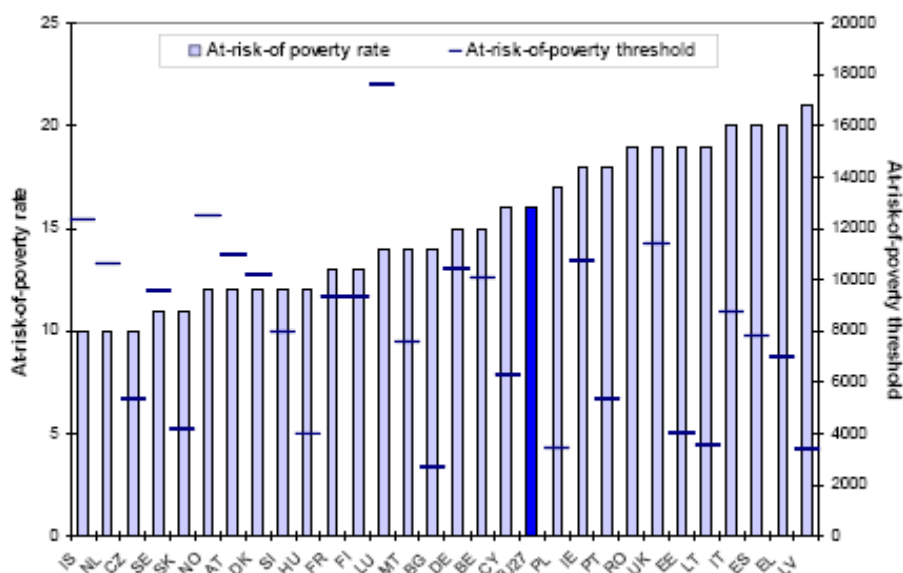
Taxa de risco de pobreza: comparações entre países

O risco de pobreza é medido através da percentagem da população com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente.

Tendo em conta os últimos dados apresentados pelo Eurostat¹ as crianças e os idosos apresentam-se como os grupos mais vulneráveis às situações de pobreza.

A taxa de risco de pobreza em 2007 era, para a UE 27, de **16%** (79 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar de pobreza).

Taxa de Risco de Pobreza e limiar de Pobreza na UE (%), 2007



Fonte: Eurostat, SILC 2007 para todos os países à excepção da Bulgária e Roménia (Inquérito nacional ao rendimento do agregado)

Entre os vários Estados membros, os valores oscilam entre os que apresentam as taxas mais elevadas, como os países Bálticos e países como a República Checa, Holanda e Islândia (10%), e os 11% da Suécia e da Eslováquia.

É importante também referir o impacto que as **transferências sociais** (desemprego, família e benefícios ao alojamento) podem ter na redução do risco de pobreza. A total ausência dessas transferências provocaria um

¹ Eurostat, *Statistics in Focus 46/2009* de 15 de Junho de 2009.

aumento da taxa de pobreza para os 25% em vez dos 16%. Esse impacto é mais significativo nos países nórdicos do que nos países do sul da Europa, como a Grécia, Espanha, Itália e também na Bulgária.

Taxa de risco de pobreza infantil

As crianças vivem com um risco de pobreza superior ao resto da população. Segundo o mesmo documento da Eurostat e sem grandes variações desde os últimos dados apresentados, a **Taxa de risco de pobreza** para este grupo era de **19%** em 2007. Esta taxa é superior à taxa de pobreza do total da população em 21 dos 29 países que são alvo do inquérito do Eurostat.

A mesma fonte refere que os principais factores que contribuem para os níveis de pobreza da população infantil são:

- A situação de emprego dos pais;
- A eficácia da intervenção governamental através de suporte financeiro e fornecimento de serviços tais como os de suporte à infância.

Taxa de risco de pobreza das pessoas idosas

À semelhança da população infantil, as pessoas com 65 ou mais anos apresentam igualmente uma taxa de risco de pobreza elevada (19% - 2007). Esta taxa apresenta valores baixos, em países como a República Checa (5%) e Hungria (6%) por comparação com países como a Estónia com uma taxa de 33% e Chipre com uma taxa de 51%.

Os factores apontados pelo Eurostat para estes valores são:

- A adequabilidade dos sistemas de pensões;
- A estrutura etária e de género da população idosa, uma vez que as mulheres idosas e as pessoas muito idosas continuam a enfrentar múltiplos riscos que os tornam mais vulneráveis.

Taxa de risco de pobreza por grupo etário na UE (%), 2007

	Total population	Children aged 0-17	People aged 18-64	People aged 65+
EU27	16 ^a	19 ^a	15 ^a	19 ^a
BE	15	17	13	23
BG	14 ^p	18 ^p	12 ^p	18 ^p
CZ	10	16	8	5
DK	12	10	11	18
DE	15 ^p	14 ^p	15 ^p	17 ^p
EE	19	18	16	33
IE	18	19	15	29
EL	20	23	19	23
ES	20	24	16	28
FR	13	16	12	13
IT	20	25	18	22
CY	16	12	10	51
LV	21	21	18	33
LT	19	22	16	30
LU	14	20	13	7
HU	12	19	12	6
MT	14	19	12	21
NL	10	14	9	10
AT	12	15	11	14
PL	17	24	17	8
PT	18	21	15	26
RO	19 ^p	25 ^p	17 ^p	19 ^p
SI	12	11	10	19
SK	11	17	9	8
FI	13	11	11	22
SE	11	12	10	11
UK	19	23	15	30
IS	10	12	8	15
NO	12	12	12	14

Fonte: Eurostat, SILC 2007 para todos os países à excepção da Bulgária e Roménia (Inquérito nacional ao rendimento do agregado)

Exclusão Social: Taxa de Privação Material (*Material Deprivation Rate*)

O Comité de Protecção Social (Sub-grupo dos Indicadores) definiu recentemente um indicador não monetário de condições de vida como forma de medir a exclusão social. Este indicador é definido como “a ausência de pelo menos 3 dos 9 itens que a seguir se apresentam: capacidade para fazer face a despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; existência de dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne frango ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa quente; ter uma máquina de lavar, uma TV a cores, um telefone ou carro próprio”.

Assim, 17% da população da UE 27 (2007) é considerada como estando em situação de privação material. Uma vez mais as diferenças entre os Estados Membros é notória: as taxas oscilam entre os 3% no Luxemburgo e os 50% na Roménia. As crianças são também dos grupos que possuem a taxa de privação material mais elevada por comparação com o total da população. Por sua vez a população idosa vive em agregados que são menos afectados pela privação material.

Esta taxa é significativamente alta para a população que vive em situação de pobreza. A tabela que a seguir se apresenta compara a taxa de privação material entre a população em risco de pobreza e a população que está acima do limiar da pobreza.

Taxa da Privação Material por situação de Pobreza na UE (%), 2007

	Not at risk of poverty	At risk of poverty
EU27	12 s	40 s
BE	7	42
CZ	12	55
DK	5	20
DE	8 ^P	34 ^P
EE	9	41
IE	6	30
EL	15	50
ES	7	21
FR	8	35
IT	10	38
CY	25	64
LV	36	78
LT	22	61
LU	1	17
HU	33	71
MT	10	28
NL	4	19
AT	7	33
PL	32	67
PT	16	50
RO	43	85
SI	11	41
SK	26	67
FI	6	32
SE	4	20
UK	7	28
IS	7	15
NO	4	18

Fonte: SILC 2007

Desemprego

Segundo dados da Eurostat² o **desemprego cresceu** de forma significativa desde 2008 como resultado da crise económica.

Em Junho de 2009 a Taxa de Desemprego para a **Zona Euro (EA 16) foi de 9.4%** (14 896 milhões de pessoas) e para a **UE 27 foi de 8.9%** (21 526 milhões de pessoas). Comparando com Junho de 2008 ambas as taxas subiram de modo significativo, respectivamente 7.5% (EA16) e 6.9% (UE27).

Fazendo uma análise pelos Estados Membros verifica-se que o crescimento da taxa de desemprego verificou-se em todos os países. As taxas mais baixas registaram-se na Holanda (3.3%) e Áustria (4.4%) e as Taxas mais elevadas registaram-se em Espanha (18.1%), Letónia (17.2%) e Estónia (17.0%).

Desemprego (%) em Junho de 2009 – por ordem ascendente

NL	AT	CY	SI	DK	RO	CZ	LU	BG	MT	IT	UK	DE	BE	PL
3.3	4.4	5.4	6.1	6.2	6.2 (Q1 2009)	6.3	6.4	6.8	7.3	7.4 (Q1 2009)	7.5 Abril 2009	7.7	8.1	8.2
FI	EL	EU27	SE	PT	EA16	FR	HU	SK	IE	LT	EE	LV	ES	
8.5	8.7 (Q1 2009)	8.9	9.0	9.3	9.4	9.4	10.3	11.7	12.2	15.8	17.0	17.2	18.1	

Fonte: Euro-Indicators, Eurostat, 112/2009

Taxa de desemprego por género/idade³

A **taxa de desemprego nos homens** aumentou, entre Junho de 2008 e Junho de 2009, de 6.8% para **9.2% na Zona Euro e de 6.5% para 9.0 na UE27**. Relativamente à **taxa de desemprego feminino** assistiu-se também a um aumento em igual período (8.3% para **9.7%**) **para a Zona Euro e de 7.4% para 8.9% para a UE27**.

Verifica-se uma situação idêntica quando se faz uma leitura da **taxa de desemprego tendo por base a idade**. Assim, em Junho de 2009 a Taxa de desemprego juvenil (abaixo de 25 anos) foi de **19.5% quer para a zona euro, quer para a UE27**, sendo que em Junho de 2008 foi de 15.2% e 15.1% respectivamente. As taxas mais baixas foram verificadas na Holanda (6.3%) e as mais altas na Espanha (36.5%) e na Lituânia (31.0% no 2º trimestre de 2009). À semelhança da taxa de desemprego, a taxa de desemprego juvenil, após 3 anos de declínio, começou a subir no 1º trimestre de 2008 em virtude da crise económica. Este aumento foi registado em todos os Estados Membros. Também aqui esse aumento foi mais significativo para os jovens do sexo masculino (19.1% - UE27) por comparação com os jovens do sexo feminino (18.8% - UE27).

² Euro-Indicators, Eurostat, 112/2009 (31 de Julho 2009).

³ Euro-Indicators, Eurostat, 112/2009 (31 de Julho 2009); News release, Eurostat, 109/2009 (23 de Julho de 2009).

Risco de pobreza de pessoas empregadas (in-work poverty)⁴

Ter um emprego nem sempre protege as pessoas do risco de pobreza. **A taxa de risco de pobreza** é relativamente elevada para aqueles que têm um trabalho (**In-work Poverty**). Segundo o Eurostat este risco está bastante ligado a situações de emprego mal pago, pouco qualificado, emprego precário, trabalho em *part-time* involuntário e ao tipo de agregado onde os trabalhadores vivem, assim como da condição económica dos restantes membros do agregado. Em 2007 apenas 8% da população empregada na UE27 detinha um rendimento abaixo da linha da pobreza, por comparação com os 42% da população desempregada. *No entanto, mesmo que a população empregada esteja menos exposta ao risco de pobreza do que os restantes grupos, ela representa uma grande parte daqueles que estão em risco de pobreza, uma vez que uma grande parte da população adulta está a trabalhar (65% na UE27).*

Taxa de risco de pobreza segundo a situação face ao emprego na UE (%), 2007

	Employed	Unemployed
EU27	8 ^a	42 ^a
BE	4	34
BG	5 ^P	38 ^P
CZ	3	48
DK	4	31
DE	7 ^P	51 ^P
EE	8	62
IE	6	43
EL	14	35
ES	11	36
FR	6	33
IT	10	44
CY	6	28
LV	10	57
LT	8	57
LU	9	46
HU	6	46
MT	4	39
NL	5	27
AT	6	42
PL	12	43
PT	10	32
RO	4 ^P	37 ^P
SI	5	36
SK	5	45
FI	5	41
SE	7	26
UK	8	58
IS	7	21 ^a
NO	6	44

Fonte: SILC 2007 para todos os países à excepção da Bulgária e Roménia (Inquérito nacional ao rendimento do agregado)

⁴ Eurostat, *Statistics in Focus* 46/2009 de 15 de Junho de 2009.

Desigualdade em matéria de distribuição do rendimento

A **desigualdade em matéria de distribuição do rendimento** é bastante significativa em Portugal. Os dados para 2007 do Eurostat refere que para a UE27 o rácio entre os 20% da população com os rendimentos mais elevados e os 20% com os rendimentos mais baixos foi de **4.8**, ou seja, o mais rico quintil detinha 5 vezes mais do que o rendimento mais pobre. Os rácios variam entre os 3.3 na Eslovénia e os **6.5 em Portugal**.

2 - ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma directa ou indirecta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza⁵

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida – 2008, com dados referentes aos rendimentos de 2007) 18% da população portuguesa encontrava-se, em 2007, abaixo do limiar da pobreza, valor que se mantém estável desde 2005 (EU-SILC-2006). A taxa de risco de pobreza tem como base o rendimento médio mensal por adulto equivalente. Em 2007 o limiar de pobreza correspondia a 406 euros por mês (4 878 euros anuais) um valor superior face ao ano anterior (366 euros mensais e 4 386 euros anuais).⁶ Se incluirmos na análise outras dimensões, verificamos uma maior vulnerabilidade por parte das mulheres, onde a taxa de risco de pobreza sobe para 19%, das pessoas com mais de 65 anos (22%) e das pessoas com menos de 18 anos (23%). Quanto a evolução dos dados ao longo dos últimos anos destaca-se sobretudo o aumento da taxa de risco de pobreza junto a população mais jovem (aumento de dois pontos percentuais no último ano) e o decréscimo da taxa de risco de pobreza junto dos mais idosos (menos quatro pontos percentuais no último ano). Esta forte diminuição da taxa de risco de pobreza junto das pessoas com mais de 65 anos poderá ser explicado pela aplicação da medida Complemento Solidário para Idosos. Mesmo assim, refira-se que a vulnerabilidade a pobreza continua a ser alta junto destes dois grupo etários existindo uma diferença de 5 pontos percentuais face as pessoas com menos de 18 anos e de 4 pontos percentuais face aos idosos.

Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, (2005-2008) (INE)

	2004	2005	2006	2007	2008 (Po)
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20%	19%	18%	18%	18%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	19%	19%	18%	17%	18%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	22%	20%	19%	19%	19%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou =17 anos)	25%	24%	21%	21%	23%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	17%	16%	16%	15%	16%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (>65 anos)	29%	28%	26%	26%	22%

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

A evolução dos dados sobre a pobreza no último ano é também significativa quando nos referimos aos diferentes tipos de agregados familiares. Se, em 2006, os agregados familiares sem crianças dependentes possuíam uma taxa de risco de pobreza superior a média nacional (19%), em 2007 (EU-SILC 2008) esta taxa é dois pontos percentuais inferiores a média nacional (16%). No entanto, dentro desta categoria de “agregados familiares sem crianças dependentes” encontram-se situações heterogéneas. Se apenas 17% dos agregados constituídos por 2 adultos com menos de 65 anos (sem crianças) encontram-se em risco de pobreza, 31% das famílias unipessoais (constituídas por apenas um adulto) encontram-se abaixo do limiar de pobreza. Dentro deste tipo de agregado, são nas famílias

⁵ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008, INE, Julho de 2009

⁶ O limiar da pobreza corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes nacional.

constituídas por apenas uma mulher e as constituídas por uma pessoa com mais de 65 anos que se encontram mais vulneráveis a pobreza (33% e 34% respectivamente).

Os agregados familiares com crianças dependentes, por outro lado, tiveram um aumento da taxa de risco de pobreza em dois pontos percentuais, passando para 20%. Neste tipo de agregado familiar, as tipologias mais vulneráveis à pobreza são as famílias monoparentais, ou seja, um adulto e pelo menos uma criança, e as famílias numerosas (compostas por dois adultos de três ou mais crianças), com taxas de risco de pobreza de 39% e 32% respectivamente. É de sublinhar que se verificou um aumento da taxa de pobreza junto das famílias monoparentais entre 2006 e 2007 (5 pontos percentuais), mas houve igualmente um forte decréscimo desta taxa ao nível das famílias numerosas (11 pontos percentuais).

Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (EU-SILC2005 - EU-SILC2008)

(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008(Po)
Total sem crianças dependentes	20%	19%	19%	19%	16%
1 Adulto sem crianças	35%	37%	35%	33%	31%
1 adulto sexo masculino, sem crianças	32%	34%	28%	26%	26%
1 adulto sexo feminino, sem crianças	37%	39%	38%	36%	33%
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	26%	28%	26%	27%	25%
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	41%	42%	40%	37%	34%
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16%	15%	19%	18%	17%
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	30%	28%	26%	26%	22%
Outros agregados, sem crianças	12%	8%	10%	9%	7%
Total, com crianças dependentes	21%	20%	18%	18%	20%
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	32%	30%	40%	34%	39%
2 Adultos com 1 criança	13%	14%	12%	12%	16%
2 Adultos com 2 crianças	24%	23%	19%	17%	21%
2 Adultos com 3 + crianças	38%	42%	38%	43%	32%
Outros agregados, com crianças	19%	16%	16%	16%	18%

Po - Valor Provisório;

EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: No contexto deste inquérito, até 2006 foram consideradas “crianças dependentes” os indivíduos com menos de 16 anos, bem como os indivíduos entre 16 e 24 anos economicamente dependentes. A partir do EU-SILC 2007 são consideradas “crianças dependentes” todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

O emprego ou a sua ausência tem um impacto importante ao nível da taxa de risco de pobreza. Enquanto a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores é de 12%, esta taxa aumenta para 25% quando temos em atenção a população sem emprego residente em Portugal (EU-SILC 2008). Entre a população sem emprego, verificam-se taxas ainda mais elevadas junto dos desempregados (35%) e dos outros inativos (28%). A taxa de risco de pobreza dos trabalhadores aumentou 2 pontos percentuais face aos rendimentos de 2006 (EU-SILC 2007) e 1 ponto percentual face aos rendimentos de 2005 (EU-SILC 2006). Por outro lado, verificou-se um decréscimo da taxa de risco de pobreza junto dos que não têm emprego de 2 pontos percentuais face ao ano anterior, sendo que, junto dos desempregados, a taxa de risco de pobreza aumentou 3 pontos percentuais face aos rendimentos de 2006 (EU-SILC 2007) e 4 pontos percentuais face a 2005 (EU-SILC 2006). Sublinhe-se ainda que ao nível dos reformados a taxa de risco de pobreza (20%) tem vindo a diminuir desde 2004 (EU-SILC 2005), quando a taxa era de 25%. Junto deste grupo, esta taxa é superior quando nos referimos as mulheres (22%) comparativamente aos homens (18%).

Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (EU-SILC2005 - EU-SILC2008)

(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008(Po)
Total com emprego	12%	12%	11%	10%	12%
Em emprego por conta de outrem	8%	8%	6%	X	X
Em emprego por conta própria	29%	28%	29%	X	X
Total sem emprego	28%	27%	26%	27%	25%
Desempregado	32%	28%	31%	32%	35%
Reformado	26%	25%	23%	23%	20%
Outros inactivos	29%	28%	29%	30%	28%

Po - Valor Provisório;

EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos

Tendo em conta o regime de ocupação, é junto dos arrendatários que se verifica uma taxa mais elevada de risco de pobreza - 24%.

Taxa de Risco de Pobreza segundo o regime de ocupação (EU-SILC2005 - EU-SILC2008)

(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008 (Po)
Total	20%	19%	18%	18%	18%
Proprietário ou cedido gratuitamente	19%	17%	17%	16%	17%
Arrendatário	26%	29%	26%	28%	24%

Po - Valor Provisório;

EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Dispersão do limiar do risco de pobreza⁷

Na União Europeia, a pobreza é medida através da linha de pobreza monetária. O limiar estabelecido para contabilizar a população em risco de pobreza corresponde a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país. No entanto, é possível verificar a dispersão em torno do limiar da pobreza e a assimetria de rendimentos. Se o limiar escolhido fosse, por exemplo, 70% ou 50% a taxa de risco de pobreza seria significativamente diferente. A taxa de risco de pobreza em Portugal seria de 27% caso o limiar tivesse como base 70% da mediana, ou seja, um acréscimo de 9 pontos percentuais.

É importante sublinhar que 6% da população afere menos de 40% da mediana do rendimento por adulto equivalente e que esta percentagem apenas diminui um ponto percentual entre 2004 e 2007.

Dispersão do limiar do risco de pobreza (EU-SILC2005 - EU-SILC2008)

(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008 (Po)
Após transferência sociais (70% da mediana)	28%	27%	26%	26%	27%
Após transferência sociais (60% da mediana)	20%	19%	18%	18%	18%
Após transferência sociais (50% da mediana)	13%	13%	11%	12%	12%
Após transferência sociais (40% da mediana)	7%	7%	6%	6%	6%

Po - Valor Provisório;

⁷ Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2008, INE, Julho de 2009

Desigualdade na distribuição do rendimento⁸

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2007 (EU-SILC 2008) 20% da população em Portugal com maior rendimento recebe aproximadamente 6.1 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferem 10 vezes o rendimento dos 10% mais pobres. A ligeira diminuição da taxa de risco de pobreza entre 2004 e 2007 foi acompanhada nos últimos anos por uma, também ligeira, diminuição das desigualdades. Tendo por base os rendimentos de 2004, houve uma diminuição de 0.8 pontos percentuais quando nos referimos ao indicador S80/S20 e 2.2 pontos percentuais quando nos referimos ao indicador S90/S10.

Simultaneamente é possível verificar a forte desigualdade na distribuição dos rendimentos através do coeficiente de Gini que em Portugal, em 2007 (EU-SILC 2008), era de 36%⁹. Verifica-se igualmente a este nível uma diminuição das desigualdades, com um decréscimo de 1 ponto percentual face aos dados da EU-SILC 2007 e 2 pontos percentuais face aos dados da EU-SILC 2008.

Indicadores de Desigualdade do Rendimento (EU-SILC2005 - EU-SILC2008)

(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008 (Po)
Coeficiente de <i>Gini</i>	38	38	38	37	36
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	6,9	6,9	6,8	6,5	6,1
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	12,3	12,2	11,9	10,8	10,0

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza¹⁰

As transferências sociais têm um impacto importante sobre a Taxa de Risco de Pobreza. Segundo dados do INE, a taxa de risco de pobreza seria de 25% se apenas considerássemos as transferências relativas a pensões e de 41% se não considerássemos qualquer transferência social.

Através destes dados é possível verificar que houve uma descida da taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social de 1 ponto percentual entre 2004 e 2005, mas um aumento de 1 ponto percentual no último ano.

⁸ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008⁹ A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.¹⁰ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Pobreza (EU-SILC 2005 - EU-SILC2008)
(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008(Po)
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	41%	41%	40%	40%	41%
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	27%	26%	25%	24%	25%
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	20%	19%	18%	18%	18%

Po - Valor Provisório;

EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nível de rendimento dos agregados familiares¹¹

Rendimento Líquido Anual por NUTS II (2005/06)¹²
(INE)

	Total		Continente		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira	
	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%
Rendimento total anual médio por agregado	22.136	100%	22.126	100%	19.906	100%	20.119	100%	27.463	100%	18.276	100%	22.080	100%	23.520	100%	21.295	100%
Rendimento monetário	17.891	81%	17.885	81%	15.734	79%	16.215	81%	22.804	83%	14.712	80%	17.004	77%	19.058	81%	17.028	80%
Trabalho por conta de outrem	10.770	49%	10.727	48%	9.360	47%	9.409	47%	14.163	52%	8.806	48%	9.315	42%	11.875	50%	11.831	56%
Trabalho por conta própria	2.005	9%	2.008	9%	1.992	10%	1.773	9%	2.165	8%	1.735	9%	2.881	13%	2.498	11%	1.392	7%
Propriedade e capital	394	2%	398	2%	346	2%	356	2%	515	2%	157	1%	693	3%	326	1%	252	1%
Pensões	3.961	18%	4.006	18%	3.187	16%	3.985	20%	5.211	19%	3.491	19%	3.503	16%	3.697	16%	3.014	14%
Outras transferências sociais	556	3%	558	3%	742	4%	440	2%	489	2%	439	2%	432	2%	493	2%	497	2%
Outras transferências, de agregados e outras n.e.	184	1%	188	1%	107	1%	§		261	1%	85	0%	§		168	1%	42	0%
Rendimento não monetário	4.245	19%	4.241	19%	4.172	21%	3.904	19%	4.659	17%	3.564	20%	5.076	23%	4.462	19%	4.267	20%
Auto-consumo e auto-abastecimento	288	1%	290	1%	352	2%	419	2%	113	0%	292	2%	278	1%	187	1%	265	1%
Auto-locação	3.087	14%	3.067	14%	2.795	14%	2.704	13%	3.752	14%	2.617	14%	3.459	16%	3.536	15%	3.584	17%
Recebimentos e salários em géneros	871	4%	883	4%	1.024	5%	781	4%	794	3%	655	4%	1.339	6%	739	3%	417	2%

Símbolos convencionais:

§ valor com erro de amostragem associado superior a 30%, pelo que não pode ser divulgado

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

Segundo os dados do Inquérito às Despesas das Famílias - 2005/06, do INE, o rendimento líquido médio mensal por agregado familiar era de 1 845 euros (22 136 euros anuais por agregado familiar e 8 790 euros anuais *per capita*). Este valor é, no entanto, substancialmente diferente consoante as diferentes regiões (NUTS II), sendo o Alentejo e o Norte as duas regiões com menores rendimentos. O Alentejo, por exemplo, possui um rendimento líquido anual de 18 276 euros (cerca de 1 523 euros mensais), o que equivale a 83% da média nacional e 67% do rendimento líquido anual médio da região de Lisboa - região nacional que possui maiores rendimentos médios. O Norte é a segunda região com menores rendimentos médios - 19 906 euros anuais e cerca de 1 659 euros mensais.

Sublinhe-se que neste rendimento médio é considerado não só o rendimento monetário, que para a média nacional corresponde a 81% do rendimento total, como também o rendimento não monetário tal como o auto-consumo e auto-abastecimento, a auto-locação¹³ e recebimentos e salários em género. Ao nível do rendimento não monetário, destaca-se sobretudo a auto-locação, que equivale a 14% do rendimento total médio por agregado. Analisando as diferentes NUTS verifica-se que é no Algarve e no Norte as duas regiões onde os rendimentos não monetários são

¹¹ Destaque - Orçamentos Familiares - 2005/2006, INE, Março de 2008

¹² http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=13854009&DESTAQUESmodo=2&xlang=p

¹³ Auto-avaliação, pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito, de valor hipotético de renda de casa

mais elevados, correspondendo a 23% e 21% respectivamente. Em ambas regiões o peso do rendimento não monetário é influenciado sobretudo pela auto-locação, sendo no entanto de referir que os recebimentos e salários em género atingem também valores mais altos face as restantes regiões (6% do rendimento médio na Região do Algarve e 5% na Região Norte).

Em Portugal, ao nível do rendimento monetário, o trabalho por conta própria é o que possui maior peso no rendimento total (49%), sendo seguido das pensões (18%). As outras prestações sociais correspondem a 3% do rendimento total anual médio por agregado familiar. O peso das pensões é superior a média nacional na região Centro (20%), em Lisboa (19%) e no Alentejo (19%). O peso das outras transferências sociais é superior à média nacional apenas na Região Norte (4%).

Saliente-se ainda que se a taxa de risco pobreza, em Portugal, fosse calculada com base nos resultados do Inquérito às Despesas das Famílias, esta taxa seria de 19% se tivesse em conta apenas o rendimento monetário e de 16% se tivesse em conta também o rendimento não monetário. Os indicadores de desigualdade têm também valores mais baixos quando é incluído o rendimento não monetário. Os 20% mais ricos possuem rendimentos 5.5 vezes superiores aos 20% mais pobres quando contabilizado o rendimento não monetário. Analisando apenas o rendimento monetário, esse valor sobe para 6.5.

Rendimento Líquido Anual por grau de urbanização (2005/06)¹⁴ (INE)

	Total		Área Predominantemente urbana		Área Medianamente urbana		Área Predominantemente rural	
	€	%	€	%	€	%	€	%
Rendimento total anual médio por agregado	22136	100	24382	100	18422	100	14585	100
<i>Rendimento monetário líquido</i>	<i>17891</i>	<i>81</i>	<i>19906</i>	<i>82</i>	<i>14159</i>	<i>78</i>	<i>11228</i>	<i>77</i>
Trabalho por conta de outrem	10770	49	12317	51	8597	47	5134	35
Trabalho por conta própria	2006	9	2154	9	1828	10	1429	10
Propriedade e capital	394	2	447	2	271	1	253	2
Pensões	3981	18	4180	17	3101	17	3936	27
Outras transferências sociais	556	3	586	2	583	3	369	3
Outras transf de agregados e outras n.e.	184	1	222	1	78	0	107	1
<i>Rendimento não monetário</i>	<i>4246</i>	<i>19</i>	<i>4476</i>	<i>18</i>	<i>3963</i>	<i>22</i>	<i>2257</i>	<i>23</i>
Auto-consumo e auto-abastecimento	288	1	193	1	501	3	539	4
Auto-locação	3087	14	3385	14	2572	14	2106	14
Recebimentos e salários em géneros	871	4	898	4	890	5	711	5

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

Destaque-se também a existência de diferenças significativas no rendimento líquido anual consoante o grau de urbanização dos locais de residência. É efectivamente nas regiões predominantemente rurais onde se verifica um rendimento total anual médio por agregado familiar mais baixo - 14 585 euros (cerca de 1 215 euros mensais). Sublinhe-se que este valor corresponde a cerca de 66% da média nacional e cerca de 60% do rendimento total anual

¹⁴ http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=13854009&DESTAQUESmodo=2&xlang=p t

médio das áreas predominantemente urbanas. É também nas zonas rurais onde se verifica um menor peso do rendimento monetário líquido (77%) e um maior peso das pensões (27%). O rendimento monetário líquido das zonas rurais corresponde a 63% da média nacional e apenas 56% do rendimento monetário líquido existente nas zonas predominantemente urbanas. Os rendimentos não monetários têm assim uma importância acrescida junto dos agregados familiares das zonas rurais. Apesar da auto-locação sobressair face aos outros rendimentos não monetários, é ao nível do auto-consumo e auto-abastecimento e recebimentos e salários em géneros que as zonas rurais se destacam face a média nacional.

Rendimento Líquido Anual por tipologia de agregado (2005/06)
(INE)

	Rendimento total anual médio			
	por agregado		<i>per capita</i>	
	€	total=100	€	total=100
Total	22136	100	8790	100
Agregados sem crianças / jovens dependentes	19162	87	9864	112
<i>1 adulto</i>	11267	51	11267	128
não idoso	14156	64	14156	161
idoso	9359	42	9359	106
<i>2 adultos</i>	20004	90	10002	114
não idosos	24988	113	12494	142
Sendo 1 idoso	17576	79	8788	100
idosos	15365	69	7682	87
<i>3 ou + adultos</i>	26734	121	7986	91
não idosos	27798	126	8396	96
idosos	25187	114	7389	84
Agregados com criança(s) ou jovem (ns) dependentes	26245	119	7305	83
<i>1 Adulto</i>	18698	84	8210	93
com 1 criança / jovem	18837	85	9418	107
com 2 ou + crianças / jovens	18437	83	5922	67
<i>2 Adultos</i>	26498	120	7618	87
com 1 criança / jovem	24318	110	8106	92
com 2 crianças / jovens	28985	131	7246	82
com 3 ou + crianças / jovens	29945	135	5849	67
<i>3 ou + adultos</i>	27881	126	5934	68
com 1 criança / jovem	28990	131	6589	75
com 2 ou + crianças / jovens	25452	115	4498	51

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

Uma análise por tipologia de agregados familiares permite verificar que são as pessoas que vivem em agregados familiares mais numerosos e, em especial, os agregados com 2 ou + crianças, as que possuem rendimentos *per capita* menores. Destaque-se, nomeadamente, as pessoas que vivem em agregados compostos por 3 ou mais adultos no qual existem 2 ou mais crianças e jovens, os compostos por 2 adultos e 3 ou + crianças e as famílias monoparentais com 2 ou mais crianças. As baixas remunerações *per capita* das famílias com crianças ou jovens dependentes é obviamente influenciada pela existência de elementos no agregado que não auferem um rendimento. Em média, o rendimento *per capita* das pessoas que vivem em agregados com crianças e jovens dependentes correspondem a 83% do rendimento *per capita* do conjunto da população nacional.

Agregados com conforto básico no interior do alojamento (2005/06)
(INE)

Unidade: %

	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Electricidade	99.7	99.7	99.7	99.7	99.9	99	99.3	99.9	99.8
Água Canalizada	98.5	98.5	97.8	98.6	99.7	97.6	96.2	99.9	98.9
Sistema de esgoto (rede pública ou sistema particular)	97.4	97.4	96.8	96.1	99.6	96.4	96.5	98.2	95.6
Instalação sanitária completa	95.8	95.8	94.2	95.3	98.9	93.9	94.1	97.6	95.9
Gás canalizado (incluindo de depósitos)	23.6	24.3	13.6	14.3	51	7.4	15.7	-	11

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

A electricidade é a infra-estrutura básica mais generalizada ao nível nacional – 99.7% dos agregados têm acesso a electricidade. Apenas o Algarve possui uma média inferior – 99.3%. Por outro lado, o gás canalizado (incluindo de depósito) abrange apenas 23.6% dos agregados familiares existentes em Portugal. Efectivamente, este indicador de conforto encontra-se ainda pouco difundido e a sua dispersão nacional é muito heterogénea. Enquanto na Região de Lisboa 51% dos agregados familiares já têm acesso ao gás canalizado, no Alentejo apenas 7.4% dos agregados têm acesso a esse bem.

Ao nível das instalações sanitárias completas, existem ainda 4,2% de agregados familiares sem esta infra-estrutura básica, sendo que na Região do Alentejo essa percentagem sobe para 6.1%. É igualmente significativo a existência de 2.6% dos agregados familiares sem sistema de esgoto e 1.5% sem acesso a água canalizada. A Madeira é a região onde se verificam maiores percentagens de agregados familiares sem sistema de esgoto (4.4%) e o Algarve a região onde o acesso a água canalizada é mais deficitário (3.8%).

Agregados com equipamentos de apoio ao trabalho doméstico (2005/06)
(INE)

Unidade: %

	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Fogão ou placa	99.8	99.8	99.7	99.8	100	99.8	99.7	99.8	99.3
Frigorífico	99	99	99.1	98.7	99.7	97.3	98.7	99.5	98.2
Micro-ondas	70.2	69.8	64.7	66.4	78.1	69.7	72.7	88.9	74.9
Arca congeladora	63.1	63	61.6	77.3	51.2	74.3	54.8	69.1	59.5
Aspirador	79.9	80.3	80	79.1	86.7	66.3	72.7	73.6	64.5
Máquina de lavar roupa	89.3	89.2	88.2	88.6	91.4	88.2	88.5	94.5	88.4
Máquina de secar roupa	19.1	18.7	19.6	14.8	20.2	22	16.7	47.1	11.5
Máquina de lavar/secar roupa	2.8	2.8	1.9	1.4	5.5	1.7	2.3	-	1.3
Máquina de lavar louça	34.7	35.4	30.8	30.2	45.6	34.4	34.3	20.9	13.3
Máquina de costura	41.5	41.9	35.3	48.7	39.9	57	43.7	38.1	25.4

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

¹⁵ Destaque – Orçamentos Familiares – 2005/2006, INE, Março de 2008

Os equipamentos doméstico cujo acesso se encontra menos generalizado em Portugal é a máquina de lavar/secar roupa (apenas 2.8% dos agregados possuem esse bem), a máquina de secar roupa (19.1%), a máquina de lavar louça (34.7%) e a máquina de costura (41.5%). Por sua vez, o fogão ou placa é o electrodoméstico mais difundido (99.8%). No entanto, não deixa de ser relevante que 0.2% dos agregados ainda não tenha acesso a este bem essencial à preparação da alimentação. O frigorífico encontra-se igualmente ausente em 1% dos agregados familiares em Portugal e em 2.7% dos agregados familiares no Alentejo. A arca congeladora, por seu lado, apenas se encontra difundida junto de 63.1% dos agregados familiares em Portugal e junto de 54.8% dos agregados familiares da Região do Algarve.

Agregados com equipamentos de comunicação e lazer (2005/06) (INE)

Unidade: %

	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Telefone - rede fixa	68.7	68.7	63	70.5	75.5	66.2	64.7	78	59.5
Telefone - rede móvel	81,4	81.4	80.7	76.5	88.8	72.3	80.4	81.5	81.7
Computador	43.9	43.9	40.9	40.3	52.6	36.6	43.5	45.6	40.8
Aparelho de televisão	98.9	96.9	98.8	98.8	99.3	98	98.8	99.6	98.6
Televisão por cabo/satélite	42.1	40.6	31.8	27.2	66.5	24.8	39.9	78	80.3
Video-gravador	48.2	48.5	49	41.4	56.2	40.8	47	40.4	38.4
Câmara de vídeo	17	17.2	15.6	13.6	22.4	13.7	21.5	13.3	12.8
Leitor de DVD	49.2	49.3	49.2	38.3	60.4	40.4	50.9	52.5	40.7
Leitor de CD	53.4	53.4	50.6	45.2	65.8	44.5	55.1	56.4	47.9
Gravador de cassetes áudio	43	42.9	39.1	41.5	50.1	38.2	41.1	46.3	45.7
Aparelho de rádio	90.4	90.6	92.1	90.4	91.9	81	88.6	81.1	88.4
Gira-discos	22.6	23	19.3	19.8	30.8	19.7	22.4	12.1	16.5
Equipamento fotográfico	48.3	48.6	43.4	45.4	59	41.8	49.2	41.5	40.1

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

O acesso a bens de comunicação e de lazer é outro indicador de conforto que permite perceber a situação nacional ao nível da pobreza. Refira-se que, entre os bens identificados no inquérito, os que apresentam uma maior generalização junto dos agregados familiares são o aparelho de TV (98,9%), o aparelho de rádio (90.4%) e o telefone - rede móvel (81.4%), ou seja, canais de comunicação que na sociedade contemporânea assumem uma grande importância. Por outro lado, a câmara de vídeo existe apenas junto de 17% dos agregados familiares.

É também no acesso a estes bens de comunicação e lazer que é possível verificar as desigualdades existentes entre as diferentes regiões. Assim, a região de Lisboa é a única região que apresenta valores superiores a média nacional no acesso a todos os equipamentos de comunicação e lazer identificados neste inquérito. Na posição oposta encontra-se a Região do Alentejo, sendo a única com percentagens inferiores a média em todos os equipamentos apresentados. Refira-se ainda que a Região do Alentejo apresenta as percentagens mais baixas em 7 (telemóvel, computador, aparelho de televisão, TV por cabo, leitor de CD, gravador de cassetes áudio, aparelho de rádio) dos 13 equipamentos apresentados no inquérito.

Estrutura de despesa total anual (2005/06)¹⁷

(INE)

	Total		Continente		Nbrte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira	
	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%
Despesa total anual média por agregado	17.607	100%	17.655	100%	16.992	100%	15.958	100%	20.715	100%	14.067	100%	18.319	100%	17.353	100%	15.484	100%
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2.736	16%	2.735	15%	2.667	17%	2.576	16%	2.822	14%	2.345	17%	2.697	15%	3.077	18%	2.458	16%
02 Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estup.	403	2%	401	2%	419	2%	324	2%	438	2%	371	3%	484	3%	504	3%	380	2%
03 Vestuário e calçado	726	4%	728	4%	740	4%	620	4%	857	4%	549	4%	693	4%	756	4%	582	4%
04 Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combust.	4.691	27%	4.684	27%	4.346	26%	4.142	26%	5.667	27%	3.901	28%	5.206	28%	4.952	29%	4.754	31%
05 Móveis, artigos de decoração, equip. doméstico e desp. cor.manut.hab.	839	5%	836	5%	821	5%	763	5%	983	5%	624	4%	770	4%	1.148	7%	665	4%
06 Saúde	1.066	6%	1.069	6%	970	6%	1.001	6%	1.295	6%	964	7%	910	5%	972	6%	1.022	7%
07 Transportes	2.272	13%	2.275	13%	2.174	13%	2.446	15%	2.434	12%	1.647	12%	2.239	12%	2.439	14%	1.947	13%
08 Comunicações	519	3%	519	3%	470	3%	479	3%	621	3%	454	3%	564	3%	541	3%	519	3%
09 Lazer, distração e cultura	997	6%	1.005	6%	911	5%	766	5%	1.405	7%	621	4%	1.086	6%	875	5%	745	5%
10 Ensino	301	2%	307	2%	308	2%	178	1%	485	2%	128	1%	151	1%	143	1%	140	1%
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	1.909	11%	1.935	11%	1.681	11%	1.622	10%	2.295	11%	1.582	11%	2.327	13%	1.003	6%	1.515	10%
12 Outros bens e serviços	1.147	7%	1.159	7%	1.065	6%	1.041	7%	1.413	7%	881	6%	1.190	6%	944	5%	759	5%
Despesa total anual per capita	6.993		7.046		6.230		6.315		8.854		5.760		7.789		6.063		5.288	

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

Em Portugal, cerca de 55% das despesas dos agregados familiares referem-se a gastos com habitação, água, electricidade e gás (26.6%), produtos alimentares (15.5%) e transportes (13%). Nas Regiões Autónoma dos Açores e da Madeira estas despesas correspondem a 60% e 59% respectivamente.

Estrutura de despesa total anual entre 1989/90 e 2005/06¹⁸

(INE)

	Unidade: %			
	1989 / 90	1994 / 95	2000	2005 / 06
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	29,5	21,0	18,7	15,5
02 Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estup.	3,7	2,8	2,8	2,3
03 Vestuário e calçado	9,3	6,3	6,6	4,1
04 Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combust.	12,4	20,6	19,8	26,6
05 Móveis, artigos de decoração, equip. doméstico e desp. cor.manut.hab.	7,1	6,7	7,2	4,8
06 Saúde	3,0	4,6	5,2	6,1
07 Transportes	14,8	15,6	15,0	12,9
08 Comunicações	1,1	2,0	3,3	3,0
09 Lazer, distração e cultura	3,9	3,7	4,8	5,7
10 Ensino	0,6	1,3	1,3	1,7
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	9,9	9,1	9,5	10,8
12 Outros bens e serviços	4,8	6,5	6,1	6,5

Fonte: Inquérito aos Orçamentos Familiares (1989/90, 1994/95 e 2000) e Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

Refira-se, no entanto, que entre 1989/90 e 2005/06 verificou-se uma diminuição significativa do peso das despesas com os produtos alimentares. Em 1989/90, era ao nível dos produtos alimentares que se concentrava a principal

¹⁶ Destaque - Orçamentos Familiares - 2005/2006, INE, Março de 2008

¹⁷

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=13854009&DESTAQUESmodo=2&xlang=p t

¹⁸

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=13854009&DESTAQUESmodo=2&xlang=p t

despesa dos agregados familiares, correspondendo a 29.5% das despesas globais. Por outro lado, verificou-se, neste período, um aumento importante ao nível das despesas com a habitação, água, electricidade e gás. Em 1989/90 estas despesas correspondiam a 12.4% dos gastos dos agregados familiares.

Emprego/ desemprego¹⁹

Segundo as estatísticas do INE, no 2º trimestre de 2009 a taxa de desemprego foi de 9.1%. Após um período de decréscimo da taxa de desemprego entre o 1º trimestre de 2007 e o 2º trimestre de 2008 (passando de 8.4% para 7.3%), a taxa de desemprego teve a partir desse período um aumento significativo e constante (1.8 pontos percentuais), sendo a este nível visível o impacto do actual contexto de crise económica. Efectivamente, no 2º trimestre de 2009 a taxa de desemprego alcançou um valor bastante significativo, principalmente se compararmos com os últimos 10 anos quando a taxa de desemprego era 4,7%.

A actual taxa de desemprego sobe para 9.5% quando nos referimos às mulheres e desce para 8.7% junto da população masculina. No que se refere aos grupos etários, verifica-se uma maior taxa de desemprego nos grupos mais jovens, nomeadamente entre os 15 e os 24 anos (18.7%) e entre os 25 e os 34 anos (10.8%). Nos grupos etários mais velhos esta taxa diminui significativamente, passando para 7.7%, quando nos referimos a população entre os 45 e os 64 anos, e para 0.3% quando nos referimos a população com 65 anos ou mais.

A alteração da taxa de desemprego é igualmente importante quando se analisa aos níveis de escolaridade, sendo superior junto da população com o 3º Ciclo do Ensino Básico (10.7%), com o 2º Ciclo do Ensino Básico (10.2%) e com o ensino secundário e pós-secundário (9.7%). Por seu lado, o grupo com menor taxa de desemprego é a população com ensino superior - 5.9%.

Taxa de Desemprego por Sexo, Grupo Etário e Nível de escolaridade mais elevado (2º Trimestre de 2009)²⁰ (INE)

Taxa de Desemprego - Total (2º Trimestre 2009)	9.1%
Grupo Etário	
15-24 anos	18.7%
25-34 anos	10.8%
35-44 anos	8.0%
45-64 anos	7.7%
65 e mais anos	0.3%
Sexo	
Homens	8.7%
Mulheres	9.5%
Nível de escolaridade mais elevado completo	
Nenhum	6.6%
Básico - 1º Ciclo	9.0%
Básico - 2º Ciclo	10.2%
Básico - 3º Ciclo	10.7%
Secundário e pós-secundário	9.7%
Superior	5.9%

¹⁹ INE, *Destaque - Estatísticas do Emprego 2º Trimestre de 2009*, 14 de Agosto de 2009.

²⁰ INE, Inquérito ao http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000593&selTab=tab0

FONTES

- Destaque – Orçamentos Familiares – 2005/2006, INE, Março de 2008
- Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008
- INE, *Destaque – Estatísticas do Emprego 2º Trimestre de 2009*, 14 de Agosto de 2009
- Eurostat, *Statistics in Focus* 46/2009 de 15 de Junho de 2009
- *Euro-Indicators*, Eurostat, 112/2009 (31 de Julho 2009)
- *News release*, Eurostat, 109/2009 (23 de Julho de 2009)